

ANDRÉ LUÍS CALLEGARI
RAUL MARQUES LINHARES

LAVAGEM DE DINHEIRO
(com a jurisprudência do STF e do STJ)

2ª EDIÇÃO

revisada, atualizada e ampliada
de acordo com a Lei nº 14.478/2022

Prefácio do Ministro Gilmar Mendes

 Marcial
Pons

Lavagem de dinheiro
(com a jurisprudência do STF e do STJ)

2.^a edição

revisada, atualizada e ampliada de acordo com a Lei n^o 14.478/2022

André Luís Callegari

Raul Marques Linhares

Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo – Lei 9.610/1998.

1236416

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

23-148322

Callegari, André Luís

Lavagem de dinheiro (com a jurisprudência do STF e do STJ) / André Luís Callegari, Raul Marques Linhares. -- 2. ed. rev., atual. e ampl. de acordo com a lei n.º 14.478/2022. -- Rio de Janeiro : Marcial Pons, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-85108-04-1

1. Corrupção - Brasil - Prevenção 2. Direito penal - Brasil 3. Jurisprudência
4. Lavagem de dinheiro - Leis e legislação I. Linhares, Raul Marques. II. Título.
-

CDU - 343.52 (81)

© André Luís Callegari e Raul Marques Linhares

© MARCIAL PONS BRASIL LTDA.

www.marcialpons.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO.....	13
PRÓLOGO À PRIMEIRA EDIÇÃO	17
PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO.....	19
1. INTRODUÇÃO.....	21
2. LINHAS GERAIS SOBRE DIREITO PENAL ECONÔMICO E O CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO	25
2.1. Efeitos da delinquência econômica	30
2.2. Criminalidade econômica e o crime organizado	34
3. O DELITO DE LAVAGEM DE DINHEIRO: CONCEITO E CA- RACTERÍSTICAS	39
3.1. Conceito de lavagem	41
3.2. Caracterização do delito de lavagem de dinheiro	43
3.2.1. Internacionalização dos atos de lavagem de dinheiro	45
3.2.2. Profissionalização das atividades de lavagem	47
3.2.3. Vocação de permanência.....	48
3.2.4. Complexidade ou variedade dos métodos empregados	48
3.2.5. Volume do fenômeno	49
3.2.6. Conexão entre redes criminais	50

3.3. Técnicas ou fases da lavagem de dinheiro	51
3.3.1. Fase de ocultação ou colocação	52
3.3.1.1. Colocação através de entidades financeiras por meio de fracionamento	53
3.3.1.2. Cumplicidade bancária.....	55
3.3.1.3. Emprego abusivo das exceções da obrigação de identificar ou de comunicar.....	55
3.3.1.4. Colocação mediante instituições financeiras não-tradicionais.....	56
3.3.1.5. Mescla ou mistura de fundos lícitos e ilícitos ...	56
3.3.1.6. Contrabando de dinheiro	57
3.3.1.7. Aquisição de bens com dinheiro em espécie	58
3.3.1.8. Outros mecanismos específicos de ocultação ou colocação - câmbio, bolsa, offshores, moedas virtuais, entre outros.....	58
3.3.2. Fase de dissimulação, mascaramento ou encobrimento	60
3.3.2.1. A conversão do dinheiro em instrumentos financeiros	61
3.3.2.2. Aquisição de bens materiais com dinheiro e sua posterior troca ou venda.....	61
3.3.2.3. Transferência eletrônica de fundos	62
3.3.3. Fase de integração, reinserção ou reinversão	63
3.3.3.1. Venda de bens imóveis	64
3.3.3.2. Interposição de testas-de-ferro, empresas fantasmas e empréstimos simulados.....	65
3.3.3.3. Cumplicidade de bancos estrangeiros	66
3.3.3.4. Falsas faturas de importação/exportação	67
3.3.3.5. Outros procedimentos específicos de lavagem de dinheiro.....	67
3.4. O bem jurídico tutelado pela norma penal	72
3.4.1. Aproximações à teoria do bem jurídico	72

3.4.2. O bem jurídico tutelado no crime de lavagem de dinheiro.....	78
3.4.2.1. O bem jurídico prévio	79
3.4.2.2. A administração da Justiça.....	81
3.4.2.3. A ordem econômica.....	84
3.4.2.4. Pluriofensividade	90
3.4.2.5. Conclusivamente: tomada de posição	92
3.5. O momento consumativo: crime instantâneo, de estado ou permanente?	96
3.5.1. Lavagem enquanto crime permanente	96
3.5.2. Lavagem enquanto crime instantâneo ou “crime de estado”	102
3.6. Sujeito ativo: autoria e participação no delito de lavagem de dinheiro	105
3.6.1. Autoria	105
3.6.2. Autoria mediata.....	110
3.6.3. Coautoria	112
3.6.4. Participação	113
3.6.4.1. Formas de participação: instigação e cumplicidade	115
3.6.4.2. A participação de menor importância	117
3.6.4.3. Excurso – Algumas categorias limitadoras da participação criminal.....	117
3.7. Participação criminal do advogado no delito de lavagem ..	129
3.8. A autolavagem	131
3.8.1. O crime de corrupção e a autolavagem	137
4. ANÁLISE DOS TIPOS PENAIIS	143
4.1. O artigo 1º, caput	143
4.1.1. As condutas típicas: “ocultar” e “dissimular”	144
4.1.2. O objeto material do delito: bens, direitos e valores	145

4.1.3. O objeto da ação do caput do artigo 1º	147
4.1.3.1. A ocultação ou dissimulação da “natureza” de bens, direitos ou valores	147
4.1.3.2. A ocultação ou dissimulação da “origem” de bens, direitos ou valores	149
4.1.3.3. A ocultação ou dissimulação da “localização” de bens, direitos ou valores	149
4.1.3.4. A ocultação ou dissimulação da “disposição” de bens, direitos ou valores	150
4.1.3.5. A ocultação ou dissimulação da “movimentação” de bens, direitos ou valores	151
4.1.3.6. A ocultação ou dissimulação da “propriedade” de bens, direitos ou valores	151
4.2. A equiparação do art. 1º, § 1º	152
4.3. A equiparação do art. 1º, § 2º	154
4.4. O elemento subjetivo da lavagem de dinheiro	156
4.4.1. Elemento subjetivo no caput do art. 1º	156
4.4.1.1. A lavagem por dolo eventual no julgamento do Mensalão (Ação Penal nº 470)	158
4.4.1.2. Conclusão: admissão do dolo eventual no delito de lavagem de dinheiro pelo Judiciário brasileiro.	162
4.4.2. Elemento subjetivo no § 1º	163
4.4.3. Elemento subjetivo no § 2º	164
4.4.4. O erro de tipo e o crime de lavagem de dinheiro	165
4.4.5. A aplicação da teoria da cegueira deliberada	167
4.4.5.1. O dolo em nossa tradição teórica	167
4.4.5.2. A teoria da cegueira deliberada	171
4.4.5.3. A cegueira deliberada no caso Mensalão (Ação Penal 470)	174

5. QUESTÕES PROBLEMÁTICAS SOBRE A LAVAGEM DE DINHEIRO	177
5.1. A causa de aumento de pena do § 4º, art. 1º, da lei de lavagem.....	177
5.1.1. Primeira hipótese de aumento: reiteração da lavagem	177
5.1.2. Segunda hipótese de aumento: lavagem por intermédio de organização criminosa	182
5.1.3. Terceira hipótese de aumento: utilização de ativo virtual (lavagem e criptomoedas)	183
5.2. O problema da prova do delito prévio.....	188
5.3. Extensão da criminalização aos sujeitos obrigados e a omissão imprópria	191
5.3.1. A omissão imprópria no Direito Penal	191
5.3.2. Os sujeitos obrigados na Lei de Lavagem e a posição de garante	194
5.4. Lavagem de dinheiro e a mescla de capitais lícitos e ilícitos.	198
5.5. Evasão de divisas e lavagem de dinheiro	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	203
REFERÊNCIAS DE JULGADOS	217